

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Caiado discute projeto modelo que poderá ser usado no Entorno do DF

Governador eleito de Goiás estudou ação que reduziu criminalidade e melhorou índices sociais em cidade dos EUA



Helton Lenine

Da editoria de **Política**

O governador eleito de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), participou, ontem, de palestra ministrada pela diretora executiva do Centro para Excelência Governamental da Universidade Johns Hopkins, de Baltimore (EUA), Beth Blauer, na qual foi discutida a relação entre eficiência administrativa e combate à desigualdade social e à violência.

O governador Ronaldo Caiado se interessou pelo caso de Baltimore e viu grande semelhança com a situação do Entorno do Distrito Federal — uma região carente, que sofre com altos índices de violência, desindustrialização e incapacidade do Estado de atender as demandas sociais.

Ex-diretora de uma agência de desenvolvimento da gestão públi-

ca do estado norte-americano de Maryland, a professora auxiliou na implantação de um projeto de integração e compartilhamento de dados, que levou as escolas estaduais ao primeiro lugar no ranking de ensino do País por cinco anos, reduziu a mortalidade infantil, as internações em hospitais e a criminalidade — em especial na cidade de Baltimore.

Terceiro município mais violento dos Estados Unidos, Baltimore chegou a ter, em 2003, índice de homicídios de 41 a cada 100 mil habitantes (muito superior à média brasileira, que foi de 30,3, em 2016). No entanto, a taxa caiu para 33 em dez anos, após a experiência exitosa de melhora em todos os níveis administrativos do Estado.

De acordo com Blauer, um dos grandes problemas das administrações públicas por todo o mundo é a falta de dados, estatística e análises para melhorar a gestão. “Sou uma grande advogada pela troca de informações entre os diversos órgãos governamentais. Os governos têm

que fazer isso, não é uma questão de ser ou não factível. É a única maneira de evoluir”, explicou. “A experiência relatada por Blauer mostrou que não basta apenas coletar dados, criar gráficos e metas para cada secretaria e agência. É preciso desenvolver um projeto que integre todo o governo, fazendo cruzamento de informações, avaliando resultados. É isso que garantirá a eficiência”, defendeu.

Após a palestra, o goiano e a norte-americana discutiram estratégias e o caso do Entorno, que inclusive terá uma secretaria exclusiva no futuro governo para a produção de políticas específicas para a região.

Entre os compromissos de Caiado com a população local, estão a conclusão dos hospitais de urgência de Valparaíso, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas; a implantação de policlínicas com médicos especialistas; a criação de núcleo de combate ao crime organizado entre Goiás e o Distrito Federal; o desenvolvimento de política de atração

de empresas e indústrias específicas para a região; além de parcerias com o sistema “S” para qualificação profissional. “A responsabilidade é enorme até porque os moradores do Entorno se sentem totalmente desassistidos e um compromisso que tenho é que onde tiver Goiás, vai ter a mão forte do governo”, reiterou.

PULSO FIRME

A própria Beth Blauer conta que o caso de sucesso em Maryland só foi possível graças ao pulso firme do então governador, Martin O’Malley. “Não teria dado certo sem um líder que estivesse disposto a levar o projeto a cabo. O governador estava ciente de tudo que deveria ser feito e eu sabia que ele estaria ao meu lado quando eu tivesse que me reunir com secretários, comandantes das polícias e integrantes do governo para dizer-lhes que teriam de mudar a maneira como estavam trabalhando. Sem esse comprometimento, o projeto teria sido totalmente ineficaz”, sentenciou.



REPRODUÇÃO: FACEBOOK

Ronaldo Caiado está na Universidade de Oxford, onde participa de um Fórum de Gestão Pública



INCENTIVOS FISCAIS

Deputados cobram bom senso de grupo de empresários milionários

Semana será decisiva para debate sobre incentivos fiscais; além de Tribunal de Contas do Estado, adesão de parlamentares para proposta que reduz benefício aos grandes empresários reforça necessidade de mudanças



Welliton Carlos
Da editoria de **Política**

O deputado estadual José Nelto (Podemos), eleito para exercer a representatividade federal em 2019, disse ao Diário da Manhã que espera sensibilidade dos integrantes da Associação Pró-desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial) quanto ao indicativo de que tanto Governo de Goiás quanto Assembleia Legislativa deverão reduzir em um patamar mínimo de 9% os incentivos fiscais concedidos para grandes empresas que atuam em Goiás.

Desde 2017, o Governo de Goiás tenta reduzir os benefícios concedidos para os empresários, mas não consegue chegar a um acordo com as empresas, que usufruem de uma das políticas fiscais mais indulgentes do país. Médios e pequenos empresários goianos não contam com tais benefícios. "Chegou a hora de todos os empresários que tiveram as benes-



José Nelto (Podemos)

ses do governo, o grupo dos bilionários, abrir mão de 10%, 15% para que o Estado possa garantir aos trabalhadores direitos a saúde, educação e se-



Lívio Luciano (Podemos)

gurança e poder pagar o salário dos servidores. Será que esse dube é tão insensível?", diz ao DM.

Nelto diz que a situação da eco-

nomia goiana merece maior cuidado, devido a fragilidade orçamentária com que o futuro governador Ronaldo Caiado (DEM) receberá

“**Tivemos várias reuniões com técnicos ouvindo argumentações e contestações. Existe uma interlocução aberta, o interesse é de ver o Estado cada vez mais desenvolvido**”

Lívio Luciano

o estado. "O Estado de Goiás tem hoje uma dívida com o governo federal de R\$22 bilhões e um déficit interno de quase R\$ 10 bilhões (sendo R\$ 4 bilhões de déficit e R\$ 6 bilhões de dívidas com fornecedores). Somando uma dívida de R\$ 32 bilhões", analisa o parlamentar.

O foco - diz José Nelto - deve ser a pactuação de um acordo que atenda a sociedade goiana. Ele lembra que existe recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), que chegou a estipular uma redução de 12,5%, mas que optou em acordo por 9% nos incentivos fiscais.

Conforme o conselheiro Sebastião Tejeta, do TCE, o governador José Eliton e o secretário Manoel Xavier (Fazenda), caso não cumpram a obrigação de reduzirem os incen-

tivos, poderão ser obrigados a pagar R\$ 30,9 mil em multa diária.

O deputado estadual Lívio Luciano (Podemos) corre na Assembleia para dar legitimidade ao futuro governo através da votação de um grupo de leis que possa tirar Goiás do caos financeiro. "Em relação a Lei Orçamentária Anual (LOA), aguardo duas situações para fechar o relatório: definição do resultado de aprofundamento das informações sobre a situação fiscal do Estado; além da possibilidade ou não das emendas orçamentárias impositivas já serem validadas para o ano que vem", diz.

Mas nos últimos dias Luciano acabou se concentrando em outra demanda: buscar uma solução para a questão dos benefícios fiscais - que podem ajudar Goiás a economizar R\$ 1 bilhão. "Tivemos várias reuniões com técnicos ouvindo argumentações e contestações. Existe uma interlocução aberta. O interesse é de ver o estado cada vez mais desenvolvido"

Lívio diz que o ajustamento que propõe em seu relatório só surge devido a gravidade do cenário econômico de Goiás. "O Tribunal de Contas observou que Goiás é o maior estado do Brasil com renúncia per capita através de incentivos fiscais".

A tendência é de que a Assembleia aprove a redução dos incentivos fiscais, com ampla maioria. Um dos deputados da oposição, Luis Cesar Bueno (PT), tem defendido uma avaliação de cada cadeia produtiva. O presidente da casa, José Vitti (PSDB), é outro que propõe um diálogo mais profundo sobre o tema. "É importante avaliar cadeia por cadeia e dar um alívio para o caixa do governo", diz.

Vanderlan Cardoso: Caiado pode resolver discrepâncias por setor

Helton Lenine

O empresário e senador eleito Vanderlan Cardoso (PP) também ficou surpreso com a proposta do governador eleito e senador Ronaldo Caiado (DEM) aos empresários da Associação Pró-desenvolvimento do Estado de Goiás (Adial) sobre redução dos incentivos fiscais.

Na reunião com a Adial, Caiado apresentou a necessidade do Estado de Goiás e deixou aberto o ambiente de negociação para que uma contraproposta seja feita pelas empresas. Portanto, o assunto retomará ao debate após o retorno dele da Inglaterra onde foi participar de um evento sobre gestão pública, esta semana.

Ao justificar a necessidade de combater o déficit das contas, o próximo governador informou que pretende reduzir em R\$1 bi-

lhão os incentivos fiscais para que o dinheiro ajude da recuperação das contas estaduais.

"Ronaldo governador, toma posse, chama setor por setor. Ele já sabe onde estão as discrepâncias, quem que é. Qual que vai ser a melhoria da arrecadação? Tem



que ser por setor, não pode ser genérico", propõe ele.

O histórico de mudanças feitas na contribuição das empresas que recebem incentivos e benefícios para o fundo Protege não resolveu o problema principal: "Quando o Marconi aumentou o Protege de 5% para 15% foi um aumento de 200%. Para quem? Para os mortais (empresas comuns). Quem são os mortais?"

“**A coisa mais simples é aumentar imposto, isso é com uma canetada. Vai cair o consumo, aí, vai arrecadar imposto? Não vai**”

São 99,9% das empresas do Estado de Goiás. Agora, o grosso da arrecadação tá com esses zero alguma coisa, aí. É esse pessoal que tem os privilégios que os outros setores não têm. Por isso que eu digo o seguinte, tem que discutir por setor", contou o empresário em entrevista ao portal Diário de Goiás.

Por outro lado, o senador eleito enxerga que o início do governo Caiado é uma oportunidade para uma profunda mudança em um sistema que privilegia alguns segmentos econômicos com créditos de ICMS que são considerados

uma dura renúncia fiscal. Segundo ele, é preciso combater os "privilégios de alguns grupos econômicos que estão prejudicando o Estado. Eles têm direito de vender os créditos de ICMS da compra de matéria prima".

Outro alerta de Vanderlan Cardoso ao governador eleito é o cuidado com as sugestões de técnicos que só enxergam o aumento de imposto como saída para a situação crítica das finanças estaduais. A orientação, inclusive, consta do último relatório da Secretaria do Tesouro Nacional para que o Estado saia da nota "C" para uma avaliação melhor.

SOLUÇÃO

Para ele, a solução tem consequência inversa. "A coisa mais simples é aumentar imposto, isso é com uma canetada. Vai cair o consumo, aí, vai arrecadar imposto? Não vai". Ele cita o caso dos combustíveis e a redução de 20% no consumo depois que aumentou o imposto sobre o produto.

Na semana passada, o empresário esteve no Conselho Nacional do Ministério Público fazendo uma palestra na qual defendeu que o impacto dos impostos é prejudicial para a economia, para o consumidor e para a arrecadação dos Estados.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Papel do TCE

O Tribunal de Contas do Estado esclarece que não cabe qualquer recurso quanto aos pareceres prévios das contas de Governo já emitidos, especialmente quando já analisados pela Assembleia Legislativa, a quem, como determina a Constituição, cabe o julgamento definitivo.

Palavra final

No caso das contas de Governo de 2017, relatadas pelo conselheiro Sebastião Tejota, o plenário do TCE referendou o parecer do relator. A Assembleia, por sua vez, acatou o parecer e aprovou as contas em 15 de junho. O Tribunal acrescenta que o inteiro teor do processo é encaminhado à Assembleia, inclusive manifestações técnicas, relatório e parecer.



SAÚDE

MP recomenda adequações a novas OSs nas gestões do Hugo e Hutrin

Hugo e Hutrin começam a ser geridos por novas Organizações Sociais

DO MP

Após realização de reunião entre membros do Ministério Público de Goiás e da Secretaria Estadual de Saúde (SES), a promotora Fabiana Lemes Zamalloa do Prado expediu recomendação às organizações sociais que assumirão nesta terça-feira, em caráter emergencial, o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e o Hospital de Trindade (Hutrin), para que adotem todas as providências necessárias para a boa gestão das unidades.

Foi recomendado ainda ao Instituto Haver e ao Instituto CEM que revisem todos os contratos celebrados de prestação de serviços e fornecimento de produtos, para que observem, em todas as contratações, o que está disposto na Lei nº 15.503/2005 (conhecida como Lei das OSs) e no artigo 37 da Constituição Federal. Em especial, é recomendada a observância da realização de processos públicos seletivos, definição do objeto e preço contratual, com especificação de preços unitários, forma de medição de serviços, componentes do preço da contratação, as-

sim como a verificação do efetivo cumprimento contratual.

Foi reforçada também no documento a necessidade de revisão dos contratos de prestação de serviços médicos, a fim de que se afastem práticas ilícitas de terceirização de serviços, em situações em que esteja caracterizada a relação de emprego e subordinação. Conforme destacado na recomendação, a terceirização de serviços admitida pelo Supremo Tribunal Federal não legitima o uso da terceirização para mascarar autênticas relações de trabalho.

Ao secretário estadual de Saúde, Leonardo Vilela, foi recomendada a adoção de todas as providências necessárias ao devido acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos de gestão, com o aprimoramento dos instrumentos de controle. Por fim, que o secretário adote as providências necessárias ao efetivo cumprimento da recomendação, por parte das OSs, sob pena de responsabilidades solidárias.

No documento, foi apontado que a Gerir adotou um modo de gestão que praticamente inviabilizou, ao longo dos anos, a fiscal-

ização pelos órgãos de controle interno e externo, da execução dos Contratos de Gestão nº 64/2012 e nº 1/2014, por meio da celebração de contratos com objeto aberto, impreciso, sem definição de quantitativos de serviços a serem prestados, sem valores unitários de serviços. A promotora acrescentou que, apesar da constante advertência feita pela Controladoria-Geral do Estado quanto à necessidade de maior fiscalização da SES sobre os contratos celebrados, e mesmo diante das deficiências apontadas, a secretaria não adotou providências efetivas para corrigir as irregularidades, haja vista que os contratos continuam vigentes, com vários vícios.

ACOMPANHAMENTO PELO MP

Esta recomendação foi formulada após reunião entre a promotora Fabiana Zamalloa; o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Saúde do MP-GO, Eduardo Prego; o secretário Leonardo Vilela, e representantes da SES, para tratar do período de transição desde o encerramento



FOTOS: DIVULGAÇÃO

das atividades da organização social Gerir, contratada para a gestão das unidades de saúde, e a contratação emergencial das novas OSs. No encontro, foi esclarecido pelo secretário que houve a constituição de comissões de transição, para acompanharem o processo de mudança da gestão dos

hospitais. Essas comissões deverão atuar até o final do ano. Foi esclarecido ainda pelo secretário que a fundamentação para a rescisão contratual ocorreu pelo descumprimento de metas por três meses consecutivos e não em razão de pedido da OS. Os promotores, inclusive, acrescentaram que have-

rá continuidade do procedimento que apura o descumprimento das cláusulas contratuais e possível má gestão, visando cobrar da organização social valores aplicados indevidamente. Além disso, o secretário assegurou que, neste período de transição, não haverá redução de metas e de atendimento.

Normalidade no atendimento marca 1º dia do Instituto Haver na gestão do Hugo

DA REDAÇÃO

Organização Social que gerenciará o Hospital de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) nos próximos 180 dias, o Instituto Haver dá início ao primeiro dia de trabalho na unidade com plena normalidade de atendimento e oferta de serviços de urgências e emergências. Também foi

retomada a realização de 11 cirurgias eletivas, graças à manutenção dos contratos de trabalho de todos os profissionais da unidade, inclusive terceirizados. "A nossa palavra inicial é continuidade. Queremos garantir o pleno funcionamento dos serviços", diz o presidente do Haver, Yuri Vasconcelos.

Segundo Vasconcelos, todo

trabalho executado no Hugo, além de análises contratuais futuras, contarão com a parceria do Ministério Público de Goiás, que também participará na avaliação do funcionamento da unidade. "Atuaremos conforme as exigências do MP, com total transparência nos processos", garantiu.

As informações foram apre-

sentadas no início da tarde desta terça-feira, 27, durante entrevista coletiva concedida à imprensa pelo presidente do Haver, juntamente com o novo diretor-geral do Hugo, Ricardo Furtado.

O Haver entra em substituição à organização social Gerir, em caráter emergencial, em regime de contratação previsto no artigo 6º da Lei Estadual 15.503/2015. Em até 180 dias, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) deve realizar o processo de chamamento para seleção da OS que irá gerir o Hugo de forma definitiva. Para o presidente da nova OS, o foco é atender com segurança e excelência todos os pacientes que precisarem do Hospital. "Vamos entregar a missão cumprida", salientou.

HAYER

Além das atividades de formação e aprimoramento na área médica, o Instituto Haver tem contrato de gestão celebrado com o Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia (Ingoh). Fundada em 2016, em Goiânia, o Instituto Haver tem por finalidade estatutária realizar atividades de pesquisas científicas, desenvolvimento de soluções tecnológicas, transferência de tecnologia por meio de projetos e programas de qualificação, capacitações e treinamentos de profissionais.

A entidade atua, ainda, no desenvolvimento de metodologias e atividades de gestão voltadas às instituições públicas e privadas, nas áreas da saúde, assistência social,

educação, educação profissional e tecnológica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, em todo território nacional e internacional.

HUGO

Referência em traumatologia no Centro-Oeste, o Hugo foi inaugurado em dezembro de 1991 e oferece atendimento nas especialidades de clínica médica, ortopedia, neurologia, terapia intensiva, cardiologia, anestesiologia, geriatria, cirurgia geral e trauma. Dispõe de 407 leitos, sendo 58 de UTI. Cerca de 3.500 pessoas passam em busca de atendimento no Hospital e assistência médica de alta e média complexidade. As consultas de retorno correspondem cerca de 3 mil ao mês.



Deputados aprovam licença-prêmio a juízes

ASSEMBLEIA Com emenda aditiva incluída em projeto que reestrutura o Judiciário estadual e que só foi tornada pública na tarde de ontem, parlamentares confirmam benefício a magistrados

Bruna Aídar
bruna.aidar@opopular.com.br

A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou ontem, em segunda e última votação, projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) que, com emenda aditiva incluída sem alarde no texto, instituiu a licença-prêmio aos juízes goianos. Originalmente, a matéria se tratava de uma "adequação na estrutura organizacional do Poder Judiciário", mas passou em primeira votação na última quinta-feira (23), com voto em separado do líder do governo, Francisco Oliveira (PSDB), cujo Intelto teor não foi tornado público até o momento da última sessão ordinária.

Na prática, o trecho em questão aplica aos magistrados o disposto em duas leis complementares que tratam da concessão do benefício aos membros do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e da Defensoria Pública do Estado de Goiás. Além disso, também estende aos juízes uma série de outras garantias das demais carreiras - ainda não há clareza se haverá pagamento retroativo do benefício, embora deputados e juízes afirmem que não.

Ao POPULAR, o presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmeço), Wilton Müller, disse que a demanda da categoria era justamente para que houvesse isonomia entre as carreiras de todas as categorias em questão.

Inicialmente, o principal imbróglio envolvendo a proposta era a extinção de cinco cargos dos chamados juízes pingüins, como são conhecidos os substitutos de segundo grau. Haviam rumores, entretanto, de que a polêmica licença-prêmio havia sido incluída no voto em separado, a que a reportagem não teve acesso no Portal de Transparên-



Parlamentares na sessão de ontem na Assembleia: aprovação de licença prêmio para juízes feita sob sigilo

Zuhair Mohamad

“

Não se teve acesso ao projeto, mas essa Casa não tem que ficar à mercê de ficar dando satisfação não”

Francisco Oliveira (PSDB), líder do governo na Assembleia

chamou de preconceito contra o Judiciário e avallou que não houve falha de transparência. “Os atos aqui são feitos com muita transparência e clareza. Agora: no tempo da Casa. Ninguém tem obrigação ou preocupação de querer enganar ninguém aqui não, pelo contrário. Infelizmente com o trâmite e a forma como foi feita não se teve acesso ao projeto, mas essa Casa não tem que ficar à mercê de ficar dando satisfação não”, afirmou Francisco Oliveira.

Questionado se a Assembleia não deveria disponibilizar com mais agilidade emendas e votos em separado que modifiquem o teor original de matérias aprovadas na Casa, o presidente José Vitti (PSDB) disse que os parlamentares têm prerrogativa para decidir se devem ou não dar publicidade aos termos da matéria imediatamente. “Se alguém se sentiu ofendido e acha que teve qualquer vício na tramitação do projeto, que procure a própria Justiça para resolver essas questões”, disse.

Vitti também questionou o entendimento de que a emenda se trata de um jabuti. “É pertinente ao projeto. Agora se faltou transparência ou se o Judiciário quer arcar com esse desgaste, é uma questão deles, não da Casa”, afirmou o presidente.

Inativos do Estado serão contabilizados na Educação

Outra polêmica medida foi aprovada ontem pela Assembleia Legislativa de Goiás. Projeto de lei de autoria do governador do Estado, José Eliton (PSDB), modifica a Lei Complementar nº 26, de 1998, que estabelece diretrizes e bases do Sistema Educativo em Goiás. Com a aprovação, o artigo 99 da lei passa a vigorar acrescida de um inciso que considera o pagamento de pessoal inativo nas contas de

gastos mínimos com Educação. Este artigo descreve as despesas que precisam ser computadas no cumprimento das obrigações de aplicação mínima de recursos em determinadas áreas, instituída na Constituição Federal de 1988. No caso da educação, a receita mínima aplicada é de 25% e, caso o piso não seja cumprido, o governante pode ser responsabilizado. Na justificativa do projeto, o

governador afirma que a medida “se justifica em razão de um imperativo de segurança jurídica”. “É necessário deixar clara a inclusão das despesas correspondentes às contribuições previdenciárias”, coloca o texto. De acordo com ele, a proposta reproduz a Lei Federal nº 7.348/85, que diz que a manutenção com pessoal, inclusive inativo, é considerado “despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino”.

ela só foi incluída em seu voto.

Questionado, ainda na quinta-feira (22), sobre o teor do parecer, o relator do projeto, Jean Carlo (PSDB), disse que acataria a demanda dos juízes a respeito dos pingüins, mas negou que a licença-prêmio constasse no texto. Ontem, o líder do governo confirmou que a questão foi acertada por volta das 19 horas, portanto, após a apresentação do relatório. Por isso, justificou,

PROCESSO

A reportagem tentava, desde sexta-feira (23), descobrir os termos do voto em separado de Francisco Oliveira, sem sucesso. O diretor parlamentar, Rubens Sardinha, informou que a servidora responsável viajara levando consigo a chave da gaveta onde o projeto e as alterações estavam e o trecho só foi torna-

do público quando ela retornou ao trabalho, ontem, minutos antes da sessão. Na data da primeira votação, a proposta não estava disponível no Portal da Transparência e, nos dias seguintes, apenas a matéria original podia ser acessada no site.

Em entrevista após a votação definitiva, o líder do governo defendeu a medida, que classificou como “justiça para todas as categorias”, condenou o que



Em um mês, Estado pagou R\$ 3,4 mi em auxílio-moradia

JUDICIÁRIO Valor foi pago em outubro para membros do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; STF revogou o benefício em troca de aumento

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Marcos Nunes Carneiro
marcos.carneiro@opopular.com.br

O Estado de Goiás pagou mais de R\$ 3,4 milhões em auxílio-moradia no mês de outubro para desembargadores, juízes, procuradores e promotores de Justiça. Levantamento feito pelo POPULAR com base em dados da folha de pagamento do último mês divulgados no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), aponta que os vencimentos dos magistrados somaram R\$ 21.470.996,66. Dentro deste valor, R\$ 1,8 milhão é referente ao benefício, número que corresponde a 8,4% do total.

No Ministério Público de Goiás (MP-GO), o valor pago em auxílio-moradia em outubro foi de R\$ 1,6 milhão. A folha de pagamento dos membros do MP-GO somou R\$ 7.893.705,98. O benefício correspondeu a 20% do total de vencimentos de procuradores e promotores ativos.

Em outubro, 237 magistrados do TJ receberam remunerações líquidas (após descontos) acima do teto constitucional de R\$ 33,7 mil, somando R\$ 10,9 milhões em ganhos. O maior vencimento líquido naquele mês foi R\$ 85,6 mil. No MP-GO, houve duas remunerações líquidas acima do teto, sendo a maior de R\$ 84,9 mil.

O auxílio-moradia é um dos muitos benefícios a que tanto

membros do Judiciário quanto do Ministério Público têm direito. Os chamados penduricalhos costumam elevar os ganhos acima do teto, porque a lei permite que esses auxílios não sejam contabilizados como salário, mas como direitos adicionais. Em alguns casos, como no do MP-GO, os auxílios são inclusive contabilizados fora do contracheque.

O valor de R\$ 4.377,73 em auxílio-moradia também é pago em Goiás a membros do Ministério Público Federal e tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

STF

Decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux revogou o pagamento de auxílio-moradia a toda magistratura e demais carreiras que vinham recebendo o benefício com base na simetria com a carreira jurídica. A mudança acontecerá quando o reajuste salarial de 16,38%, concedido a ministros do STF, chegar aos servi-

dores que entram no efetivo casaca. Os vencimentos dos ministros do Supremo servem como referência para o teto do funcionalismo público.

O reajuste que faz os salários no STF saírem de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,32 foi sancionado pelo presidente Michel Temer (MDB) na última segunda-feira (26). O corte no auxílio-moradia veio como resposta, já que os ministros Dias Toffoli, atual presidente do STF, e Fux fizeram acordo com Temer para concessão do aumento em troca da revisão do auxílio-moradia.

GOIÁS

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público, José Carlos Miranda Nery Júnior, lembrou que a decisão de Fux reconheceu a constitucionalidade e a legalidade do pagamento do benefício. "Acreditamos que preponderaram fatores econômicos e político-institucionais para a decisão, o que nos preocupa já que o aumento sancionado pelo presidente da República, além de não recompor o déficit inflacionário consequente de mais de cinco anos sem reajuste, resultará, na verdade, em significativa perda salarial para os membros da magistratura e do Ministério Público em atividade", disse.

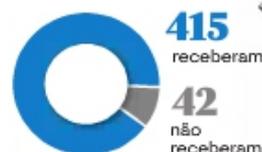
Em nota, a Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (AsmeGO) argumentou que a recomposição de 16,38% representará aumento líquido de R\$ 2.761,00 no salário dos magistrados, levando em consideração

Auxílios-moradia

Veja os valores pagos de benefício aos membros do Ministério Público e magistrados do Tribunal de Justiça

VALOR DOS AUXÍLIOS-MORADIA: R\$ 4.377,73

TJ-GO



Valor de auxílios-moradia pago em outubro
R\$ 1.816.757,95

Total da folha dos magistrados do TJ-GO em outubro*

R\$ 21.470.996,66

Quem recebe:

- Juízes
- Desembargadores

Estrutura remuneratória do TJ-GO:

- Desembargador: **R\$ 30.471,78**
- Juiz de direito de entrância final: **R\$ 28.948,19**
- Juiz de direito de entrância inicial: **R\$ 26.125,74**
- Juiz de direito de entrância intermediária: **R\$ 27.500,77**
- Juiz substituto: **R\$ 24.819,45**
- Juiz substituto em segundo grau: **R\$ 28.948,19**

MP-GO



Valor de auxílios-moradia pago em outubro
R\$ 1.632.856,68

Total da folha dos membros do MP-GO em outubro

R\$ 7.893.705,98

Quem recebe:

- Procuradores de Justiça
- Promotores de Justiça

Estrutura remuneratória do TJ-GO:

- Procurador de Justiça: **R\$ 30.471,11**
- Promotor de Justiça de entrância final: **R\$ 28.947,55**
- Promotor de Justiça de entrância intermediária: **R\$ 27.500,17**
- Promotor de Justiça de entrância inicial: **R\$ 26.125,17**
- Promotor de Justiça substituto: **R\$ 24.818,91**

*Apenas ativos. Fontes: Portais da Transparência do Ministério Público de Goiás e Conselho Nacional de Justiça

“Acreditamos que preponderaram fatores econômicos e político-institucionais para a decisão”

José Carlos Miranda Nery Júnior, presidente da AGMP

os descontos de imposto de renda e contribuição previdenciária. De acordo com a Instituição, com o fim do auxílio, a perda mensal no orçamento de cada magistrado será de R\$ 1.615,00, e anual de R\$ 19.380,00. A reportagem tentou contato com o presidente da AsmeGO, Wilton Müller, mas, até o fechamento desta

edição, não houve retorno. O POPULAR também pesquisou dados do TCE e TCM para levantamento do gasto com auxílio-moradia nas instituições, mas os portais de transparência dos respectivos tribunais não permitem a consulta detalhada dos pagamentos, o que fere a Lei de Acesso à Informação.

Decisão provoca reação no STF e em entidades

A decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, de revogar o pagamento do auxílio-moradia para magistrados e integrantes do Ministério Público, provocou reação de entidades do setor e também entre os próprios ministros da Corte. A revogação foi anunciada depois de o presidente Michel Temer sancionar aumento de 16,38% para os salários do STF.

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), que reúne entidades de juízes e procuradores, estuda recorrer ao plenário do Supremo para tentar manter o pagamento. O coordenador da Frente, o juiz Guilherme Feliciano, disse que a entidade vai verificar quais "instrumentos de impugnação" podem ser usados contra a medida. Após reunião, a frente decidirá que os próximos

passos do processo devem ficar para depois do recesso do STF, que começa no próximo mês. "É uma decisão complexa que utiliza uma técnica que não era tão comum no Supremo", diz.

A suspensão do pagamento do auxílio-moradia entra em vigor assim que o reajuste salarial for implementado. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) terão de aprovar novas normas para o pagamento, para determinar se o benefício vale, por exemplo, em situações em que juízes são deslocados para áreas distantes de seus tribunais, entre outras situações excepcionais.

A favor do pagamento do auxílio, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) havia protocolado uma petição no STF na última sexta-feira, demonstrando

preocupação de que o benefício pudesse ser revogado como compensação para o aumento salarial.

"Não há espaço para restabelecimento de (auxílio) moradia nos moldes em que vinha sendo pago. O que cabe ao CNJ regulamentar será dentro dos limites

“O que cabe ao CNJ regulamentar será dentro dos limites que foram impostos na própria decisão do ministro Fux”

Jayme Martins de Oliveira Neto, presidente da AMB

que foram impostos na própria decisão do ministro Fux", disse Jayme Martins de Oliveira Neto, presidente da AMB.

Três ministros do STF ouviram em caráter reservado sinallzaram que seria mais apropriado que a revogação do auxílio fosse analisada pelo plenário, e não somente por Fux, em função da amplitude da decisão. O julgamento pelos 11 ministros, porém, dependerá da liberação do processo por Fux, que não sinalizou essa possibilidade a colegas. Uma chance de o processo passar pelo crivo do colegiado seria por meio de eventual recurso apresentado ao Supremo. Mesmo assim, dependia de Fux para poder ser levado ao plenário.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, afirmou que toda a população pagará a conta do reajuste

salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Bolsonaro evitou fazer comentários sobre o assunto e responsabilizou o presidente Michel Temer pela decisão. Após acordo com o Judiciário, Temer sancionou ontem aumento de 16,38% para os magistrados, que deve ter efeito cascata em todo o País.

"Pergunta para o Temer, ele que sancionou", respondeu ao ser indagado inicialmente sobre o assunto. Após jornalistas insistirem na pergunta, dizendo que Bolsonaro arcará com as despesas extras em sua gestão e "pagará a conta", ele respondeu: "Toda a população vai pagar a conta, não só eu." Ele disse, ainda, que sua responsabilidade em relação ao assunto só iniciará no dia 1º de Janeiro de 2019, quando assume a Presidência da República. (AE)



OSs assumem sem dinheiro

SAÚDE Hugo e Hutrin receberam novas administrações ontem, mas organizações sociais começaram apenas com promessa de repasse

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

Pelo menos uma semana. Este é o prazo que a nova administração do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) deu para que os estoques de medicamentos e suprimentos da unidade de saúde, a realização de cirurgias eletivas e a taxa de ocupação hospitalar voltem para a regularidade. O Instituto Haver, que incluiu os trabalhos ontem, teve de fazer compras emergenciais com dinheiro próprio e as demais reposições foram feitas com base na credibilidade dos médicos e gestores no mercado, mas há problemas de logística para que os complementos cheguem, já que muitos são comprados em outros Estados.

Principal problema alegado pelo Instituto Gerir para que fosse feito o pedido de rescisão contratual que lhe dava as administrações tanto do Hugo quanto do Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin), os repasses do Estado ainda não vieram. O Gerir deixou as unidades na segunda-feira alegando uma dívida de R\$ 54 milhões. O Haver as-

“Assumir o Hugo é muito mais uma missão do que um negócio, mas alguém tinha que fazer e nós assumimos assim”

Yuri Vasconcelos Pinheiro, presidente do Instituto Haver

sumiu o Hugo sem ter recebido qualquer verba. A promessa é de que pelo menos parte do recurso chegue na próxima sexta-feira e o restante viria no dia 8 de dezembro. Não se sabe, no entanto, quanto deve ser repassado em cada data.

No Hutrin, a situação é semelhante, já que não houve repasse de qualquer quantia até então. O problema é que o Gerir havia afirmado já não ter recebido repasses neste mês, ao contrário do Hugo, em que R\$ 5 milhões chegaram, mas foram usados no pagamento de impostos.



Diretor do Hugo, Ricardo Furtado e o presidente do Haver, Yuri Pinheiro

O Instituto CEM, que assumiu em Trindade, informa que a situação no local foi tranquila, com a equipe médica atuando normalmente, ao contrário do que vinha ocorrendo nos últimos dias.

A Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) confirma que, “conforme estabelecido em contrato, está prevista a liberação de repasses ao Hugo e Hutrin até o fim da semana, com o restante sendo repassado até o dia 14 de dezembro. Não há, contudo, previsão de valor dos recursos, que dependem do fluxo

de caixa da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)”. Apesar do questionamento do Gerir e o pedido pela rescisão, a SES-GO alegou, em contatos anteriores, que o fim do contrato se deu por parte da administração pública, pois a organização social não teria cumprido as metas por três meses consecutivos.

Até por isso, do total da dívida publicada pelo Instituto, o Estado só teria admitido aos administradores um débito de R\$ 30 milhões referente ao Hugo e R\$ 2,8 milhões do Hutrin, embora a SES-GO não confirme esses va-

R\$ 22,8

milhões é o total do valor que o Estado tem de repassar para as duas unidades: Hugo (R\$ 20,5 milhões) e Hutrin (R\$ 2,3 milhões)

lores. O médico Yuri Vasconcelos Pinheiro, presidente do Haver, diz que conflua na vinda dos repasses, até pela obrigação fiscal do governo, especialmente pelo fim da gestão atual.

Segundo ele, assumir as prerrogativas de administrar o Hugo num momento de incertezas, até mesmo pela transição de gestão estadual e a dificuldade de nos repasses, se deu por um “senso de responsabilidade”, mas não nega que se tem uma chance para “fazer o que deve ser feito” e se capacitar para o chamamento que deve ocorrer no próximo ano, em que se terá a organização que administrará a unidade em um contrato mais longo que os atuais 180 dias, em modo de urgência. O CEM também afirma ter interesse em permanecer no Hutrin.

“É mais uma missão do que um negócio, alguém tinha que fazer e nós assumimos”, diz Pinheiro. Segundo ele, há uma meta realista de economia de 5% nos gastos com a revisão de contratos firmados pela Gerir, e uma previsão mais otimista em que a economia chega a até 10%.

Hospital está com taxa de ocupação abaixo da meta

O Instituto Haver assumiu a gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) ontem com uma taxa de ocupação de seus leitos em 82%. A meta prevista para a unidade hospitalar é de 85%. Segundo o novo diretor geral do hospital, Ricardo Furtado Mendonça essa diferença para ocupação total se dá por uma estratégia de saúde pública, em que se mantém uma margem para o atendimento de tragédias, por exemplo. A previsão de Furtado é que até a próxima semana a nova gestão já possa estar dentro da meta. “O normal de um hospital como Hugo é ficar com taxa de ocupação de 90% a 95%, mas a meta é 85%”, explica.

Para o diretor, o problema no

cumprimento da meta se deu exatamente pelas dificuldades que o Hugo vinha enfrentando, como a falta de medicamentos e insumos. “Esses pacientes vão sendo atendidos e darão as portas do hospital, tanto pelo ambulatório e com o restabelecimento das cirurgias eletivas. Essas estão sendo gradualmente agendadas e começam a ser efetuadas. A expectativa é que até o final da semana ou começo da outra taxa esteja restabelecida.”

Em relação às cirurgias eletivas, Furtado relata que elas não vinham sendo efetuadas pelo hospital, mas que em momento algum a unidade deixou de atender os pacientes com risco iminente de morte, como os esfaqueados ou acidentados. Esse fa-

to era mais forte em relação à ortopedia. Na manhã de ontem, 11 cirurgias eletivas foram realizadas e a previsão era de que outras 24 ainda seriam feitas ao longo do dia. “O atendimento de urgência e emergência está 100% realizado, as cirurgias eletivas vão estar 100% até o final da semana”, garante.

O diretor afirmou ainda que todo o corpo médico foi mantido na troca de administração e que não houve ainda qualquer pedido de funcionários pelo desligamento. Os celetistas terão os salários deste mês já pagos pelo Instituto Haver. De novos funcionários, o diretor técnico do hospital agora é Romeu Sussumu Kuabara, que assume o cargo que era de Furtado.

3 perguntas para promotora Fabiana Zamalloa

1 - Houve uma reunião nesta manhã entre a senhora, a SES e as OSs do Hugo e Hutrin?

Sim. Expedimos uma recomendação escrita para as OSs e a SES para adotar as exigências necessárias para a administração dos hospitais, verificar os contratos atuais e analisar as condições. Mas só me reuni com o presidente do Instituto Haver, não tinha encontrado o representante do Instituto CEM, mas consegui contato agora e marcamos para quinta-feira (amanhã).

2 - Com as OSs assumindo nestas condições emergenciais, os riscos de problemas aumentam ou é mais fácil?

Exige muito mais cuidados. Ainda mais porque são organizações que não detêm experiência em gestão de hospitais, que foram contratadas sem processo seletivo. Por isso recomendamos que não façam o que a outra OS já fazia de errado, com contratos de prestação de serviços médicos, outros de modo genérico, sem a verificação de preços.

3 - O principal é analisar os contratos já assinados?

Sim. Tem de revisar as cláusulas, mesmo que eles optem por manter as mesmas empresas, pela continuidade. Foi acordado com a SES que também se tenha maior fiscalização. Acordamos que a comissão interventora permanecesse nos hospitais para acompanhar o início dos trabalhos das OSs e nos foi prometido que isso vai continuar até o final do ano.



Renegociação das dívidas

Refis é aprovado em votação definitiva na Assembleia Legislativa

27/11/2018 17:03 --- Por Nathan Sampaio --- Edição 2263

Com a renegociação fiscal, governo espera arrecadar, aproximadamente, R\$ 600 milhões



Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás | Foto: Marcos Kennedy / Alego

O projeto de autoria do Governo do Estado que permite aos contribuintes com ICMS e ITCD atrasados quitar seus débitos, mediante parcelamentos e descontos nas multas e juros, foi aprovado em segunda e definitiva votação na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta terça-feira (27/11). Com isso, o Poder Executivo espera arrecadar, aproximadamente, R\$ 600 milhões, que devem ser utilizados para manter o equilíbrio das contas públicas.

A matéria tramitou com urgência, já que a adesão ao programa estava prevista somente até o dia 10 de dezembro.

Optando pelo pagamento à vista nesta mesma data, o devedor poderá conseguir desconto de até 98% nas multas e de até 50% nos juros. Além do pagamento em parcela única, o contribuinte poderá parcelar a dívida em até 60 meses, ou 180, em caso de recuperação judicial. As condições apresentadas são as mesmas adotadas na recuperação lançada em 2017.

Mesmo com a aprovação, porém, o deputado Luis Cesar Bueno (PT) declarou que o refis é um “prêmio ao mal pagador”. “O cidadão para de pagar impostos, investe o dinheiro, espera o refis pra dar desconto para ele poder parcelar e pagar”, afirmou ele, defendendo que a renegociação deveria ser a cada cinco anos.

Apesar disso, o governo atual fica satisfeito com a aprovação, pois também tem pressa, já que precisa entregar o Estado com a melhor situação fiscal possível em 2019 para o governador eleito, Ronaldo Caiado (DEM), como prometido em diversas ocasiões.



GOIÂNIA E TRINDADE

Hugo e Hutrin passam a ser geridos por novas OSs

Leonardo Vilela vistoriou organização social

| 27.11.18 - 18:09

Tweetar Share 0



Goiânia - O secretário de Estado da Saúde Leonardo Vilela fez na manhã desta terça-feira (27/11) vistoria e reunião com a diretoria do Instituto Haver, Organização Social que assumiu a gerência do Hospital Estadual de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz (HUGO), em substituição ao Instituto Gerir. O Hospital Estadual de Urgências de Trindade Walda Ferreira dos Santos (HUTRIN) passou a ser administrado pelo Instituto CEM. As duas unidades já funcionam em plena normalidade.

Leonardo Vilela destacou que, mesmo no período de transição, nenhum paciente em estado grave, no perfil de urgência e emergência, deixou de ser atendido no Hugo. “Nossa expectativa é que, de hoje em diante, possamos voltar ao nosso estado de normalidade, ou seja, um hospital que é acreditado ONA 1, que é referência em Goiás, no Centro-Oeste, esse é nosso objetivo”, falou.

O secretário também destacou a importância de que todo o processo de mudança de OS tenha ocorrido com a observação da legalidade. “Estamos seguindo todos os passos determinados pelos órgãos de controle interno e externo, é uma sucessão prevista na lei das organizações sociais, no contrato de gestão. Não é a primeira sucessão que existe em Goiás, nem será a última. À medida que esse modelo cresce, isso se torna um ato administrativo normal”, destacou.

Em vistoria no Hugo, Leonardo Vilela constatou que a partir da assunção do Instituto Haver, os serviços e atendimentos voltaram à completa normalidade no Hugo. Os serviços médicos e de outros profissionais de saúde, assim como de segurança, recepção, lavanderia, nutrição e higienização funcionam normalmente. A farmácia também está abastecida. Os atendimentos eletivos, que foram momentaneamente suspensos, também voltaram a ser realizados.

O presidente do Instituto Haver, Yuri Vasconcelos Pinheiro, destacou que, durante o processo de mudança, houve importante contribuição da SES na manutenção dos serviços. “Algumas questões pontuais foram resolvidas a contento, e agora, com a manutenção do quadro de colaboradores, de pessoas da diretoria, com larga experiência, e com a vinda de outras pessoas com experiência em gestão pública, o trabalho será árduo, mas, certamente, positivo”, avaliou.

A Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento do Hugo continua na unidade até sexta-feira, contribuindo no repasse de informações para o Instituto Haver. A nova direção do Hugo é composta pelo diretor técnico, Dr. Romeu Sussumu Kuabara; pelo diretor administrativo, Dr. Adilson Usier, e pelo diretor geral, Dr. Ricardo Furtado, que já estava à frente da unidade. Hutrin

O superintendente de Gestão, Planejamento e Finanças da SES, Lucas de Paula Silva, e a superintendente de Controle, Avaliação e Gerenciamento das Unidades de Saúde da SES, Ana Lúcia Soares, participaram de reunião nessa manhã, com representantes do Instituto CEM. A unidade também está com suas atividades em pleno funcionamento.

Repases

As metas e os valores do contrato com as novas OSs continuam os mesmos contratualizados com a Gerir. Para o Hugo o valor é de cerca de R\$ 20 milhões mensais, e para o Hutrin, de R\$ 2,2 milhões mensais. A previsão é de que os primeiros repases sejam efetuados na primeira quinzena de dezembro.

COMENTÁRIOS